

Sarney fez em um ano mais leis que Câmara

Brasília — Depois de um ano de Nova República, o Poder Executivo ainda leva vantagem sobre o Congresso Nacional no campo legislativo: ele teve 83 leis sancionadas, enquanto a Câmara e o Senado, em conjunto, tiveram transformadas em leis apenas 62 proposições.

Esses números fazem parte de um relatório das atividades da subchefia parlamentar do Gabinete Civil da Presidência da República, ao longo dos 12 meses de atuação do governo José Sarney. Ele dá conta também de que o Congresso teve 42 das suas propostas vetadas integralmente pelo presidente, enquanto o Executivo só perdeu cinco das suas 94 propostas.

Sintonia

Em lugar de conflito, porém, o Gabinete Civil prefere identificar nos números os sinais de uma "nova dimensão" no relacionamento Executivo-Legislativo, no que trata da valorização do assessoramento parlamentar, melhor coordenação entre assessorias do próprio Executivo, superação das inibições para um contato mais íntimo entre os dois Poderes e, finalmente, uma crescente conscientização da validade do esforço realizado.

Até dezembro passado, a subchefia parlamentar do Planalto enviou ao Congresso 522 mensagens, incluindo duas propostas de emenda à Constituição. E também oito decretos-leis, 94 projetos de lei ordinária, 144 de sanção e 60 vetos, 13 deles parciais. As duas propostas de emenda à Constituição vingaram. São as emendas 25 e 26, a primeira restabelecendo as eleições diretas para presidente e vice-presidente da República; a outra marcando para 1º de fevereiro do próximo ano o começo dos trabalhos da Assembléia Constituinte.

Em matéria de projeto de lei ordinária, o relatório destaca a importância do que altera a legislação tributária federal, o que cuida da remuneração dos vereadores e o que estabelece o vale-transporte para os trabalhadores.

Todas essas propostas — explica o documento — foram objeto de consultas e entendimentos diretos entre Executivo e Legislativo, "espelhando a sintonia alcançada entre os dois Poderes".

No balanço final do ano legislativo, o Executivo apurou que dois deputados, Aldo Arantes e Jorge Arbage, conseguiram aprovar o maior número de projetos de lei: três, cada um deles. No Senado, porém, o recorde absoluto foi do senador carioca Nelson Carneiro, com quatro projetos transformados em lei. Em compensação, o mesmo deputado Jorge Arbage, e ainda os deputados Nelson Marchezan (líder do governo Figueiredo) e Álvaro Vale tiveram o maior número de projetos totalmente vetados pelo presidente.

O relatório da subchefia parlamentar do gabinete civil demonstra também que, dada sua especialização, o Poder Judiciário tem poucas iniciativas em criar leis. Foram 12, ao todo, o número de suas propostas ao Congresso, sete delas vindas do Tribunal Superior Eleitoral, quatro do Tribunal Superior do Trabalho e apenas uma do Superior Tribunal Militar.

Em contraste com os ministérios da área civil, que tiveram 79 das suas propostas transformadas em lei, os ministérios militares lograram êxito em apenas quatro iniciativas junto ao Congresso. Dois projetos partiram da Marinha, um do Exército e um da Aeronáutica.

Já para este ano, o Gabinete Civil pretende institucionalizar o sistema de acompanhamento legislativo do Poder Executivo. Trata-se de tornar sólido e estruturado o sistema que até agora existe em bases informais. Pretende, com isso, coordenar as unidades de assessoramento existentes nos diversos ministérios e órgãos da administração, estendendo o trabalho do acompanhamento ao nível das comissões técnicas da Câmara e do Senado.

O relatório anuncia, também, o propósito da criação, no Congresso, de uma "bancada do Executivo", funcionando como centro de contatos e coordenação entre os assessores incumbidos da cobertura dos trabalhos das comissões, do plenário e de setores da Câmara e do Senado. Uma série de seminários e conferências sobre temas ligados ao relacionamento Executivo/Legislativo completa o programa de aproximação traçado pelo Gabinete Civil.

Todos esses preparativos têm como objetivo os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, no próximo ano. Nessa ocasião, o Executivo pretende ter o melhor tipo de relacionamento e troca de informações possível com o Congresso.

Entre as leis sancionadas ao longo do ano passado, o presidente Sarney incluiu uma de seu próprio filho, deputado Sarney Filho, equiparando empresas jornalísticas a empresas cinematográficas, para fins de responsabilidade civil e penal. Aldo Arantes, um dos recordistas em projetos sancionados, liquidou com a condição excepcional de Anápolis (como área de segurança), por culpa da localização da base dos Mirages da FAB.

O deputado-poeta JG de Araújo Jorge conseguiu transferir e antecipar a comemoração de feriados e datas santificadas.

JORNAL DO BRASIL

e Senado